

PGE

Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina
BOLETIM INFORMATIVO Nº 09

Abril - 2010

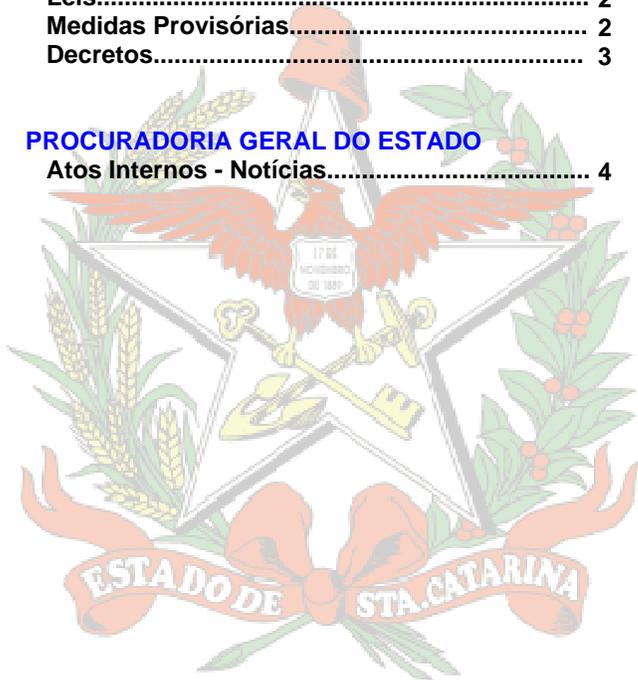
SUMÁRIO

LEGISLAÇÃO ESTADUAL

Leis.....	2
Medidas Provisórias.....	2
Decretos.....	3

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

Atos Internos - Notícias.....	4
-------------------------------	---



GOVERNADOR DO ESTADO
Leonel Arcângelo Pavan

PROCURADOR-GERAL DO
ESTADO
Sadi Lima

SUBPROCURADOR-GERAL DO
CONTENCIOSO
Sérgio Luiz Mar Pinto

SUBPROCURADOR-GERAL
ADMINISTRATIVO (DIRETOR DO
CENTRO DE ESTUDOS)
Luiz Carlos Ely Filho

LEGISLAÇÃO

ESTADUAL

Leis

LEI COMPLEMENTAR Nº 500, de 25 de março de 2010

Transforma cargos no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 499, de 25 de março de 2010

Altera os anexos III, IV e V, da Lei Complementar nº 453, de 2009, que institui Plano de Carreira do Grupo Segurança Pública – Polícia Civil, e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 498, de 25 de março de 2010

Cria cargos de Procurador de Justiça e Promotorias de Justiça nas comarcas da Capital e de São José, Palhoça e Canoinhas e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 495, de 26 de janeiro de 2010

Institui as Regiões Metropolitanas de Florianópolis, do Vale do Itajaí, do Norte/Nordeste Catarinense, de Lages, da Foz do Rio Itajaí, Carbonífera e de Tubarão.

LEI COMPLEMENTAR Nº 485, de 11 de janeiro de 2010

Parte vetada pelo Governador do Estado e mantida pela Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina do Projeto de Lei Complementar que foi mantido na Lei Complementar nº 485, de 11 de janeiro de 2010, que “Dispõe sobre o Quadro de Pessoal dos Serviços Jurídicos das Autarquias e Fundações e adota outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 501, de 31 de janeiro de 2010

Cria, transforma e extingue cargos, reestrutura a Tabela de Vencimentos, fixa a jornada de trabalho dos servidores do poder Judiciário e estabelece outras providências.

LEI COMPLEMENTAR Nº 502, de 31 de janeiro de 2010

Reposiciona e cria cargos, altera denominação de categorias funcionais no Quadro de Pessoal do Poder Judiciário e dá outras providências.

LEI Nº 15.133, de 19 de janeiro de 2010

Institui a Política Estadual de Serviços Ambientais e regulamenta o Programa Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais no Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei nº 14.675, de 2009, e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.134, de 25 de março de 2010

Altera o art. 2º da Lei nº 14.992, de 2009, que institui Gratificação de Representação de Delegado de Polícia e estabelece outras providências.

LEI Nº 15.135, de 31 de março de 2010

Acrescenta o art. 10-A à Lei nº 14.593, de 2008.

LEI Nº 15.136, de 31 de março de 2010

Estabelece a adoção de medidas de proteção às vítimas e testemunhas nos boletins de ocorrência e nos inquéritos policiais.

LEI Nº 15.137, de 31 de março de 2010

Institui um plano de ação para a divulgação de informações sobre a hepatite dos tipos B e C, formas de contágio e de prevenção, nas dependências de próprios da administração pública direta, autárquica e fundacional do Estado e determina outras providências.

LEI Nº 15.138, de 31 de março de 2010

Define critérios para assegurar vantagem pessoal nominalmente identificável pelo exercício, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, de cargo em comissão ou função de confiança.

LEI Nº 15.139, de 31 de março de 2010

Altera o Anexo Único da Lei nº 14.962, de 2009, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de empréstimo junto ao banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, destinada à implantação do Programa Santa Catarina Rural – MICROBACIAS 3, e estabelece outras providências.

Medidas Provisórias

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 25 de março de 2010

Altera a Lei nº 14.961, de 2009, que dispõe sobre o programa de incentivo à produção de cerveja e chope artesanais, a Lei nº 7.543, de 1988, que institui o imposto sobre a propriedade de veículos automotores, e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 164, de 30 de março de 2010

Altera dispositivo da Lei nº 13.533, de 2005, que dispõe sobre a organização, estruturação e funcionamento da Agência Reguladora de Serviços Públicos de Santa Catarina – AGESC e o Anexo IX-B da Lei Complementar nº 381, de 2007.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 165, de 30 de março de 2010

Institui a Gratificação Especial de Estímulo ao Desenvolvimento da Infraestrutura Estadual para os servidores do Departamento Estadual de Infraestrutura – DEINFRA e Secretaria de Estado da Infraestrutura – SIE, dispõe sobre o valor total da despesa com a Gratificação de Serviços de Transportes para os servidores do Departamento de Transportes e Terminais – DETER e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 166, de 30 de março de 2010

Fixa o valor referencial de vencimento da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 167, de 30 de março de 2010

Fixa a tabela de vencimentos do quadro de pessoal da Administração Direta, Autárquica e Fundacional e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 168, de 30 de março de 2010

Institui Gratificação de Representação de Agente da Autoridade Policial e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 169, de 30 de março de 2010

Institui Gratificação de Representação para os Militares Estaduais e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 170, de 30 de março de 2010

Fixa o subsídio mensal dos membros da carreira de Procurador do Estado, a que se refere o art. 37, incisos X e XI e § 11, o art. 39, § 4º, e art. 135, da Constituição Federal, e art. 104-A, da Constituição do Estado, e adota outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 171, de 30 de março de 2010

Institui a Gratificação de Gestão da Pesquisa e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 172, de 30 de março de 2010

Concede abono aos servidores do Quadro Único de Pessoal Civil da Administração Direta, lotados e em efetivo exercício na Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão e seus órgãos subordinados e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 173, de 30 de março de 2010

Altera critério de cálculo das Gratificações que menciona e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 174, de 30 de março de 2010

Institui gratificação por atividade técnica em saúde e estabelece outras providências.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 175, de 30 de março de 2010

Institui o Plano de Carreiras e Vencimentos do Grupo Segurança Pública – Perícia Oficial e adota outras providências.

Decretos

DECRETO Nº 3.027, de 3 de março de 2010

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 703, de 15 de outubro de 2007, que estabelece critérios, limites e condições para celebração de convênios que envolvam repasse de recursos financeiros estaduais destinados à execução descentralizada de investimentos em saúde pública e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.058, de 5 de março de 2010

Regulamenta a Lei nº 14.993, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a exibição do preço dos produtos por unidade de medida.

DECRETO Nº 3.059, de 5 de março de 2010

Dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º do Decreto nº 703, de 15 de outubro de 2007, que estabelece critérios, limites e condições para celebração de convênios que envolvam repasse de recursos financeiros estaduais destinados à execução descentralizada de investimentos em saúde pública e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.060, de 8 de março de 2010

Institui a "Medalha Zilda Arns Neumann".

DECRETO Nº 3.061, de 8 de março de 2010

Dispõe sobre a instituição do Regime Especial de pagamento de precatórios a que se refere o art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, introduzido pela Emenda Constitucional nº 62/2009, e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.089, de 9 de março de 2010

Introduz as Alterações 2.253 e 2.254 no RICMS/SC-01 e dá outras providências.

DECRETO Nº 3.093, de 15 de março de 2010

Institui a Comissão de Acompanhamento e de Estudo Preparatório para o Projeto de Prevenção de Desastres e Medidas Mitigadoras para Bacia do Rio Itajaí – Comissão JICA e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.094, de 15 de março de 2010

Disciplina o cadastramento ambiental das atividades não licenciáveis, mas consideradas potencialmente causadoras de degradação ambiental.

DECRETO Nº 3.111, de 16 de março de 2010

Introduz as Alterações 2.255 a 2.282 no RICMS/01.

DECRETO Nº 3.113, de 16 de março de 2010

Altera dispositivo do Decreto nº 2.762, de 19 de novembro de 2009, que aprova o Regimento Interno da Secretaria de Estado da Fazenda e a distribuição dos cargos de provimento em comissão DGS/DGI, Funções Técnicas Gerenciais – FTGs, Funções Gratificadas – FGs e Funções de Chefia – FCs que compõem a estrutura do órgão.

DECRETO Nº 3.114, de 16 de março de 2010

Aprova o Regimento Interno do Tribunal Administrativo Tributário do Estado de Santa Catarina.

DECRETO Nº 3.115, de 16 de março de 2010

Acrescenta itens ao Capítulo XXVIII do Decreto nº 2.709, de 27 de outubro de 2009, que institui o Manual de Saúde Ocupacional do Servidor.

DECRETO Nº 3.116, de 16 de março de 2010

Regulamenta as funções exercidas pelos ocupantes de cargo de provimento efetivo lotados na Secretaria de Estado de Comunicação e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.117, de 16 de março de 2010

Regulamenta as funções exercidas pelos ocupantes de cargo de provimento efetivo lotados na Procuradoria Geral do Estado e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.129, de 19 de março de 2010

Aprova o Regulamento da Corregedoria da Secretaria de Estado da Fazenda.

DECRETO Nº 3.131, de 19 de março de 2010

Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto nº 483, de 26 de julho de 2007.

DECRETO Nº 3.132, de 19 de março de 2010

Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual para o desenvolvimento, implantação, manutenção e utilização do Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado de Santa Catarina – SIGEF e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.134, de 19 de março de 2010

Transforma a 1ª Companhia da Guarnição Especial de Polícia Militar de Laguna na Guarnição Especial de Polícia Militar com sede em Imbituba e estabelece outras providências.

DECRETO Nº 3.136, de 19 de março de 2010

Regulamenta os horários e a escala de trabalho no Centro Educacional São Gabriel, pertencente à Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação.

DECRETO Nº 3.142, de 22 de março de 2010

Introduz as Alterações 2.290 e 2.291 no RICMS-SC/01.

DECRETO Nº 3.147, de 22 de março de 2010

Dispõe sobre o afastamento dos servidores da administração direta, autárquica e fundacional do poder Executivo estadual para frequentar o curso de Estudos Estratégicos em Administração Pública, Edital nº 01/2009 fornecido pela

Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração Pública – ENA Brasil e estabelece outras providências

DECRETO Nº 3.148, de 22 de março de 2010

Regulamenta o processo de credenciamento de docente colaborador e fixa critérios para a concessão de honorários de hora-aula e de outros serviços em atuação na Fundação de Amparo à Escola Nacional de Administração – ENA Brasil.

DECRETO Nº 3.154, de 22 de março de 2010

Regulamenta a Lei nº 14.825, de 5 de agosto de 2009, que institui indenização por óbito ou invalidez permanente, total parcial, aos servidores integrantes do Sistema de Segurança Pública.

DECRETO Nº 3.155, de 24 de março de 2010

Aprova o Manual de Comportamento dos Agentes Públicos da Administração Estadual para as Eleições de 2010.

DECRETO Nº 3.156, de 24 de março de 2010

Aprova o Regulamento do Concurso Público para provimento dos cargos de Advogado Autárquico e de Advogado Funcional.

DECRETO Nº 3.157, de 24 de março de 2010

Altera o Regimento Interno da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC, aprovado pelo Decreto nº 3.607, de 23 de dezembro de 1998, alterado pelos Decretos nº 985, de 24 de fevereiro de 2000, e Decreto nº 29, de 30 de janeiro de 2007.

DECRETO Nº 3.158, de 24 de março de 2010

Dispõe a forma de pagamento do jetom aos membros da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina – JUCESC.

DECRETO Nº 3.159, de 24 de março de 2010

Regulamenta e define diretrizes para a implantação da Área de Proteção Ambiental do Entorno Costeiro, criada pela Lei nº 14.661, de 26 de março de 2009.

DECRETO Nº 3.160, de 24 de março de 2010

Dispõe sobre o credenciamento, pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN, de médicos e psicólogos para realização de exames de aptidão física e mental de candidatos à obtenção da carteira nacional de habilitação, em consonância com o dispositivo na Lei Federal nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e nas Resoluções nº 267, de 15 de fevereiro de 2008, nº 283, de 1º de julho de 2008, e nº 327, de 14 de agosto de 2009.

DECRETO Nº 3.166, de 31 de março de 2010

Introduz a Alteração 2.292 no RICMS/SC-01.

**PROCURADORIA GERAL
DO ESTADO**

ATOS INTERNOS

PORTARIA CONJUNTA PGE/SEF Nº 001/10, de 1º de março de 2010

Designa servidor para atuar na condição de colaborador na Consultoria Jurídica da Secretaria de Estado da Fazenda, com efeitos a partir de 1º de março de 2010.

PORTARIA PGE/GAB Nº 007/10, de 11 de março de 2010

Designa os Procuradores do Estado Drs. Sérgio Luiz Mar Pinto e Luiz Carlos Ely Filho, para efetuarem credenciamento em caráter experimental junto a Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, para recebimento por meio eletrônico em portal próprio da Justiça Federal de citações e de intimações relativas a processos que tramitam

junto ao primeiro grau de jurisdição em qualquer Vara Federal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, no sistema de processo eletrônico EPROC V2.

PORTARIA PGE/GAB Nº 008/10, de 12 de março de 2010

Dispõe sobre normas para credenciamento de Procuradores do Estado nos sistemas informatizados de processos eletrônicos e orientações sobre o armazenamento de informações contidas em processos eletrônicos no sistema PGE Net.

PORTARIA PGE/GAB Nº 009/10, de 22 de março de 2010

Homologação da permanência de Advogados, na condição de colaboradores, nos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Jurídicos.

PORTARIA PGE/GAB Nº 010/10, de 22 de março de 2010

Homologação da permanência de Assistentes Jurídicos, na condição de colaboradores, nos órgãos integrantes do Sistema de Serviços Jurídicos.

PORTARIA PGE/GAB Nº 011/10, de 22 de março de 2010

Dispõe sobre a concessão de Licença sem Remuneração para Procurador do Estado, conforme processo PPGE nº 435/104, a contar de 22 de janeiro de 2010.

PORTARIA PGE/GAB Nº 012/10, de 5 de março de 2010

O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO, no uso de sua competência conferida pelo art. 7º, inciso II, combinado com o disposto no art. 11, VIII, da Lei Complementar nº 317, de 30 de dezembro de 2005 e pelo disposto na Lei 14.275, de 11 de janeiro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar os Procuradores do Estado a transigir nas ações de competência do Juizado Especial Federal, cujo objeto seja o Direito à Saúde, desde que preenchidas as teses mínimas de defesa, conforme a CI/PROCONT nº 320/2007, aprovada pelo Conselho Superior da Procuradoria Geral do Estado, quais sejam:

- a) a concordância da União Federal, ou e do respectivo Município, quando for o caso, com a participação no custeio;
- b) a hipossuficiência do autor;
- c) a verificação da necessidade e adequação do medicamento ou tratamento para a patologia e o deferimento de contra-cautela, para comprovação médica da permanência da necessidade do fármaco com a apresentação periódica de nova prescrição (receita médica);
- d) a isenção de honorários advocatícios.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor nesta data.

Florianópolis, 05 de março de 2010.

SADI LIMA

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

NOTÍCIAS

Concurso público

O concurso para servidor da Procuradoria Geral do Estado, que teve as inscrições encerradas em 5 de abril, terá 1.680 candidatos.

A próxima etapa é a prova que será realizada no dia 18 de abril em três cidades catarinenses: Florianópolis, Chapecó e Joinville. A grande maioria dos inscritos, 1.305, fará a prova na Capital. Os restantes estão divididos entre Joinville, 217 e Blumenau, 158.

As inscrições para o cargo de Assistente Jurídico ficaram distribuídas da seguinte forma: na região Sul do Estado, 82; no Norte, 248; no Centro-Oeste, 116; no Oeste, 104; na Capital e São José, 887; e na Procuradoria Especial de Brasília, 11. Já para o cargo de Analista de Sistemas foram 70 inscrições e para Contador, 162.